

ÁGUAS COMODORO LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

ÁGUAS COMODORO LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Quotistas da
Águas Comodoro Ltda.
Comodoro - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Águas Comodoro Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas Comodoro Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 15 de abril de 2024, sem ressalvas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

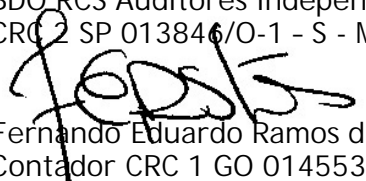


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 17 de setembro de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - MT


Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0 - S - MT

ÁGUAS COMODORO LTDA.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota explicativa	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.732	2.463	Fornecedores	9	146	247
Contas a receber	5	657	597	Passivo de arrendamento	7	80	49
Partes relacionadas	6	796	691	Partes relacionadas	6	59	64
Impostos e contribuições a recuperar		3	12	Obrigações trabalhistas		116	109
Outros ativos		190	146	Obrigações fiscais	10	88	64
Total do ativo circulante		<u>6.378</u>	<u>3.909</u>	Outras obrigações		<u>21</u>	<u>50</u>
				Total do passivo circulante		<u>510</u>	<u>583</u>
Não circulante				Não circulante			
Ativos de direito de uso		79	56	Passivo de arrendamento		-	8
Ativo de contrato	7	594	315	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	26	6
Imobilizado		250	298				
Intangível	8	5.228	5.496	Total do passivo não circulante		<u>26</u>	<u>14</u>
Outros ativos		4	3				
Total do ativo não circulante		<u>6.155</u>	<u>6.168</u>	Patrimônio líquido	11		
				Capital social		3.811	3.774
				Reservas de lucros		<u>8.186</u>	<u>5.706</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>11.997</u>	<u>9.480</u>
Total do ativo		<u><u>12.533</u></u>	<u><u>10.077</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>12.533</u></u>	<u><u>10.077</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÁGUAS COMODORO LTDA.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2024	2023
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços	12	5.591	4.925
Receita de construção		455	724
Custo dos serviços prestados	13	(1.996)	(2.108)
Custo de construção		(455)	(724)
Lucro bruto		<u>3.595</u>	<u>2.817</u>
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(1.056)	(1.141)
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		<u>2.539</u>	<u>1.676</u>
Resultado financeiro líquido	14	436	272
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>2.975</u>	<u>1.948</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(475)	(323)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(20)	25
Lucro líquido do exercício		<u>2.480</u>	<u>1.651</u>
Lucro líquido por cota (em Reais)	11	<u>0,66</u>	<u>0,44</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÁGUAS COMODORO LTDA.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	2.480	1.651
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>2.480</u>	<u>1.651</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÁGUAS COMODORO LTDA.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 223
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros			Total
			Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2023	2.274	1.500	798	3.258	-	7.830
Aumento de capital	1.500	(1.500)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.650	1.650
Constituição de reservas	-	-	320	1.330	(1.650)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.774	-	1.118	4.588	-	9.480
Aumento de capital	37	-	-	-	-	37
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.480	2.480
Constituição de reservas	-	-	481	1.999	(2.480)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.811	-	1.599	6.587	-	11.997

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ÁGUAS COMODORO LTDA.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	2.975	1.948
Ajustes para:		
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	5	61
Depreciação e amortização	572	492
Baixa de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento	-	-
Encargos e variações monetárias, líquidas	(81)	(126)
	3.471	2.375
Variações em:		
Contas a receber	22	(174)
Impostos e contribuições a recuperar	9	39
Outros ativos	(46)	(33)
Fornecedores e outras contas a pagar	(101)	(142)
Outros passivos	(21)	65
Obrigações fiscais	24	(15)
Partes relacionadas	(110)	-
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	3.248	2.115
Imposto de renda e contribuição social pagos	(475)	(324)
	2.773	1.791
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.773	1.791
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado	-	(9)
Aquisições de ativo intangível e ativo de contrato	(455)	(680)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	(455)	(689)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(86)	(42)
Aumento de capital	37	-
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento	(49)	(42)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	2.269	1.060
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.463	1.403
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.732	2.463
	2.269	1.060

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Informações gerais

A Águas Comodoro Ltda (“Sociedade” ou “Comodoro”) é uma sociedade limitada constituída em setembro de 2007, com sede localizada na Rua das Acácias, n.º 3.621, Centro, CEP 78.310-000, Comodoro, MT. Comodoro é controlada integralmente pela MT Participações Ltda. (“MT Saneamento”).

A Sociedade tem por objeto social manter e ampliar os sistemas de abastecimento, tratamento e distribuição de água e o de coleta e tratamento de esgotos sanitários em toda a área do município de Comodoro, estado de Mato Grosso.

A Sociedade iniciou suas atividades em setembro de 2007 com a assinatura do contrato de concessão de água e esgoto sanitário com prazo contratual de 30 anos e vencimento em 2037.

Em 29 de outubro de 2024, foi concluído o processo de aquisição da totalidade das cotas da MT Saneamento pela Centro Sul Concessões S.A. (“Centro Sul”), a qual é controlada pela Norte Saneamento S.A. (“Norte Saneamento”). Anteriormente, a Sociedade era controlada pela Iguá Saneamento S.A. (“Iguá”). Com isso, Comodoro passou a ser controlada de forma indireta pela Centro Sul e pela Norte Saneamento.

2. Base para preparação das demonstrações contábeis e resumo das práticas contábeis materiais

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (*IFRS® Accounting Standards*)).

Essas demonstrações contábeis estão sendo emitidas após sua aprovação pela Diretoria em 17 de setembro de 2025.

2.2. Base para preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional

A Administração da Sociedade, na data de aprovação das demonstrações contábeis, tem expectativa razoável de que possui recursos adequados para continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, foi considerada na elaboração das demonstrações contábeis a premissa de continuidade operacional da Sociedade.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico onde atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade e, também, sua moeda de apresentação.

2.4. Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 5 - Contas a receber (provisão para perdas de recebíveis)
- Nota explicativa nº 8 - Intangível (amortização pelo prazo do contrato de concessão)

3. Principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas estimadas.

3.3. Ativos financeiros e não financeiros

3.3.1. Classificação

A Sociedade classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.3.2. Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.3.3. *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Sociedade avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de perda após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e que estas perdas terão impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, tendo que ser este evento, estimado de maneira confiável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, como para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas e todos os outros reparos e manutenções, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil dos equipamentos. As vidas úteis utilizadas no exercício de 2024 foram as seguintes:

Descrição	Vida útil
Edificações	25 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores	10 anos

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais", na demonstração do resultado.

3.5. Ativos intangíveis

(a) Sistema de Água e Esgoto

A Sociedade reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelas concessões.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela concessão (Nota 8).

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A amortização da infraestrutura de água e esgoto é realizada pelo prazo do contrato de concessão

(b) Capitalização de juros e encargos financeiros

Os custos de financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Sociedade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

3.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.7. Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o financiamento seja sacado.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo intangível quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como custo no período que são incorridos.

3.8. Arrendamentos

A Sociedade avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Arrendatário

A Sociedade aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Sociedade reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(ii) Ativos de direito de uso

A Sociedade reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

3.9. Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Sociedade estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Sociedade, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Sociedade mantém provisão contábil;
- Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Sociedade não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável;

- Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Sociedade não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Sociedade é parte integrante em algumas ações judiciais referentes as questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos, representa aproximadamente R\$ 57 em 31 de dezembro de 2024.

3.10.Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Sociedade reconhece suas receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável a geração de benefícios econômicos futuros e quando as obrigações de desempenho foram cumpridas, atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviços de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas pelo valor justo a receber.

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos na formação da infraestrutura de cada contrato, determinado com base nos correspondentes custos de envolvimento na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12 / ICPC 01 (R1) e OCPC 05).

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico IFRIC 12 do IASB e ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, e não considera margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos em formação.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

Os impostos são calculados com base no lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual (Lucro Real).

3.13. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

(a.1) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- O direito da Sociedade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da Sociedade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir os covenants existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a Sociedade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria Sociedade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Sociedade.

(a.2) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Sociedade.

(a.3) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2): exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Sociedade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

ÁGUAS COMODORO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e equivalente de caixa		
Saldo bancário	76	109
Aplicações financeiras	4.656	2.354
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>4.732</u>	<u>2.463</u>

(a) Aplicações financeiras

O saldo de aplicações financeiras está composto por cotas de fundo de investimento exclusivo, com títulos lastreados em títulos privados e públicos, no Banco Itaú, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos atrelados aos percentuais de variação equivalentes a 100% do CDI - Certificado de depósito interbancário, auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

5. Contas a receber

	2024	2023
Contas a receber	582	553
Receitas a faturar (a)	229	198
(-) PECLD (b)	(187)	(182)
Outros	33	28
Total	<u>657</u>	<u>597</u>

(a) São os serviços prestados e ainda não faturados, correspondentes a última leitura até a data de apresentação das demonstrações contábeis;

(b) As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são constituídas sobre o saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas, onde 100% dos títulos vencidos acima de 180 dias são reconhecidos como perdas e para as demais faixas de vencimento e a vencer é aplicado um percentual médio determinado com base no histórico de inadimplência de cada faixa.

Movimentação do exercício

	2024	2023
Saldo inicial	(182)	(121)
Reversão das perdas estimadas	87	-
Provisão	(92)	(61)
Saldo final	<u>(187)</u>	<u>(182)</u>

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada a seguir:

ÁGUAS COMODORO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Faturas a vencer	223	221
Vencidas		
Até 30 dias	210	169
De 31 e 60 dias	17	42
De 61 e 90 dias	6	10
De 91 a 180 dias	22	5
De 181 a 360 dias	24	-
Acima de 361 dias	80	106
Total	<u>582</u>	<u>553</u>

6. Partes relacionadas

	Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023
Mútuos				
MT Saneamento	796	691	-	-
	<u>796</u>	<u>691</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Demais partes relacionadas				
MT Saneamento	-	-	30	33
Iguá	-	-	-	2
Águas Pontes Lacerda Ltda.	-	-	29	29
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>59</u>	<u>64</u>

Movimentação

	Taxa de juros % a.a	Vencimento	Saldo em	Apropriação	Saldo em
			31/12/2023	de juros	31/12/2024
Mútuos ativo					
MT Saneamento	CDI + 4%	2025	691	105	796
			<u>691</u>	<u>105</u>	<u>796</u>

Os contratos de mútuo possuem incidência de juros de 100% do CDI e remuneração fixa de 4% ao ano, com vencimento em 2025.

7. Ativo de contrato

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	315	657
Adições	455	724
Transferências	(176)	(1.066)
Saldo em 31 de dezembro	<u>594</u>	<u>315</u>

ÁGUAS COMODORO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme estabelecido no CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

O saldo refere-se à construção da infraestrutura para prestação de serviços de novas redes de água e esgotamento sanitário, com prazo de conclusão até dezembro de 2025.

8. Intangível

	Taxa média de amortização % a.a	Saldo em 31/12/2023	Adições	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2024
Software	20,00	6	-	-	6
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,13	196	-	-	196
Máquinas, aparelhos e equipamentos	13,11	1.500	-	-	1.500
Rede de Água	4,93	6.911	-	176	7.087
Desenvolvimento de Projetos	3,33	2	-	-	2
Total		8.615	-	176	8.791
Amortização		(3.119)	(444)	-	(3.563)
Total		5.496	(444)	176	5.228

A Sociedade reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Os bens reversíveis são todos os ativos do sistema de água e esgoto existentes por ocasião da assinatura do referido contrato e aqueles posteriormente implantados para a prestação exclusiva e permanente do serviço de água e esgoto. A Sociedade tem direito à indenização correspondente aos investimentos efetuados após a data da concessão, vinculados aos bens reversíveis ainda não amortizados, desde que realizados para garantia à continuidade e atualização da prestação dos serviços abrangidos pelo contrato.

9. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores diversos	146	247
Total	146	247

ÁGUAS COMODORO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Sociedade mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, que prestam serviços e fornecem materiais para a operação de fornecimento de água e esgotamento sanitário, com prazo médio de pagamento de cerca de 30 dias.

10. Obrigações fiscais

(a) Tributos a pagar

	2024	2023
Corrente		
COFINS a pagar	50	42
CSLL a pagar	26	13
PIS a pagar	11	9
Retenções de terceiros a pagar	1	1
Total	<u>88</u>	<u>65</u>

(b) Tributos diferidos

	2024	2023
Ativo diferido		
IRPJ diferido	44	50
CSLL diferido	16	18
	<u>60</u>	<u>68</u>
Passivo diferido		
IRPJ diferido	63	54
CSLL diferido	23	20
	<u>86</u>	<u>74</u>
IRPJ e CSLL diferidos líquido	<u>26</u>	<u>6</u>

Com base na estimativa dos planos de negócios, a Sociedade reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada, conforme a legislação, à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social da Sociedade, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 3.811 (2023 - R\$ 3.774), representado por 3.811.206 cotas (2023 - 3.774.457 cotas).

ÁGUAS COMODORO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 29 de outubro de 2024, a Centro Sul, concluiu a aquisição da totalidade das cotas da controladora MT Saneamento, anteriormente controlada pela Iguá, passando a ser a controladora indireta da Sociedade a partir dessa data, conforme descrito na Nota 1. Na mesma data, houve o aumento do capital social da Sociedade, no total de R\$ 37, mediante a emissão de 36.749 novas cotas.

Segue abaixo composição acionária da Sociedade:

	Participação (%)		Capital social		Quantidade de cotas	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
MT Saneamento	100,00	100,00	3.811	3.774	3.811.206	3.774.457

b) Reservas

	2024	2023
Reserva de incentivos fiscais	1.599	1.118
Reserva de retenção de lucros	6.587	4.588
Total	8.186	5.706

Reserva de retenção de lucros

É destinada, quando aplicável, para os investimentos previstos no orçamento de capital para construção/melhoria do sistema de saneamento básico de água e esgotos sanitários, podendo também ser distribuída como dividendos aos acionistas.

Reserva de incentivos fiscais

A Sociedade possui uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura, em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelo prazo de 10 anos a contar do ano de 2021.

Em contrapartida, a Sociedade não poderá distribuir aos acionistas, o valor do imposto que deixar de ser pago. O montante dos incentivos é reconhecido no resultado, pelo regime de competência, e mantido em reserva de incentivos fiscais que somente poderão ser utilizadas para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

ÁGUAS COMODORO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Lucro por cota do capital social

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	2.480	1.651
Quantidade média ponderada das cotas	3.780.783	3.774.457
Lucro líquido por cota - expresso em Reais	<u>0,66</u>	<u>0,44</u>

12. Receita líquida de serviços

	2024	2023
Água	5.921	5.267
Serviços	355	247
Abatimentos e cancelamentos	(113)	(86)
Impostos sobre serviços	(572)	(503)
Receita líquida de serviços	<u>5.591</u>	<u>4.925</u>

13. Gastos por natureza

	2024	2023
Natureza dos custos e despesas		
Pessoal	(1.165)	(1.146)
Depreciação e amortização	(572)	(492)
Outros custos e despesas	(442)	(550)
Energia elétrica	(384)	(361)
Serviços de terceiros	(349)	(509)
Materiais	(135)	(129)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(5)	(62)
Total	<u>(3.052)</u>	<u>(3.249)</u>
Custo dos serviços prestados	(1.996)	(2.108)
Despesas administrativas e gerais	(1.056)	(1.141)

14. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	356	172
Resultado com operações de mútuo	106	103
Juros sobre contas a receber de clientes	87	78
Outras receitas financeiras	2	14
Total	<u>551</u>	<u>367</u>
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(101)	(83)
Comissões e despesas bancárias	(8)	(9)
Juros sobre arrendamento	(6)	(3)
Total	<u>(115)</u>	<u>(95)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>436</u>	<u>272</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2024	2023
Corrente		
IRPJ sobre lucro	(692)	(468)
CSLL sobre lucro	(264)	(183)
IRPJ sobre lucro da exploração	481	328
	<u>(475)</u>	<u>(323)</u>
Diferido		
IRPJ diferido	(15)	19
CSLL diferido	(5)	6
	<u>(20)</u>	<u>25</u>
Total IRPJ e CSLL	<u>(495)</u>	<u>(298)</u>

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas legais, considerando a compensação de prejuízos fiscais limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é reconhecido no resultado, exceto quando relacionado a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados de forma líquida apenas quando houver direito legal e intenção de compensação simultânea.

b) Subvenções governamentais

A Sociedade possui redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura, em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre a contabilidade e a tributação, impactando o resultado como despesa fiscal diferida. Os passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e os ativos, para diferenças dedutíveis e créditos fiscais, desde que haja expectativa de lucro tributável futuro. Esses ativos são revisados periodicamente e ajustados se sua realização se tornar improvável. São mensurados conforme as alíquotas vigentes na data do balanço e apresentados de forma líquida, desde que relacionados à mesma autoridade fiscal ou com liquidação simultânea entre entidades. (nota 10b).

16. Gerenciamento de riscos financeiros

16.1. Gestão de risco financeiro

A Sociedade está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações.

a) Risco de negócio

O negócio da Sociedade refere-se basicamente ao objeto social de captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários nos municípios com os quais possui contrato de concessão. Os resultados da Sociedade dependem da manutenção das concessões nos locais em que opera, sendo que os respectivos contratos de concessão possuem prazo de validade definido, por 30 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá, em casos de descumprimentos relevantes, rescindir os contratos de concessão antes do seu término, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é definido em contrato.

b) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Sociedade está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros, minimizados pela não existência de concentração relevante da sua carteira de clientes e da manutenção dos depósitos bancários em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos investimentos e dos instrumentos financeiros representam a exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis, conforme descrito abaixo:

	2024	2023
Caixa e equivalente de caixa	4.732	2.463
Contas a receber	657	597
	<u>5.389</u>	<u>3.060</u>

c) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a financiamentos e debêntures.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A exposição ao risco de taxa de juros está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária.

Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2024	2023
Ativos Financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	4.732	2.463
Passivos Financeiros		
Fornecedores	146	247
Outros passivos	21	50

d) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Sociedade não possui instrumentos financeiros com risco cambial.

e) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais, sem causar perdas relevantes ou prejudicar a reputação da Sociedade.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	2024	2023
Fornecedores	146	247
Outros passivos	21	50
	<u>167</u>	<u>297</u>

16.2. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da Sociedade apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

	2024	2023
Ativos Financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	4.732	2.463
Contas a receber	657	597
	<u>5.389</u>	<u>3.060</u>
Passivos Financeiros		
Fornecedores	146	247
Outros passivos	21	50
	<u>167</u>	<u>297</u>

17. Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Sociedade obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade possui seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos a seguir:

Tipo de cobertura	2024	
	Valor	Seguradora
Garantia diversas	Pottencial 8	Seguradora

18. Evento subsequente

Em 10 de abril de 2025, a Sociedade aprovou a distribuição, na forma de dividendos, de parte do saldo de reserva de retenção de lucros, no montante de R\$ 3.000, pagos em moeda corrente à MT Saneamento em 14 de abril de 2025.